

# ANÁLISE DA APTIDÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE MANGUE SECO, RAPOSA (MARANHÃO, BRASIL)

Marina Barros<sup>1</sup>  
Scarlleth S. da Silva<sup>2</sup>  
Matheus Cutrim<sup>3</sup>  
Edson Vicente da Silva<sup>4</sup>  
Arkley Bandeira<sup>5</sup>  
Flavia Rebelo Mochel<sup>6</sup>

## RESUMO

O turismo é uma atividade multidisciplinar que utiliza como elementos principais a cultura e os recursos naturais de uma localidade receptora. O turismo de massa, desordenado, provoca a depreciação dos atributos socioambientais prejudicando a atividade turística. Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária (TBC) se apresenta como uma proposta de desenvolvimento do turismo com potencial de promover a sustentabilidade socioambiental no contexto das comunidades tradicionais. Este artigo objetiva analisar a aptidão para a implantação do TBC na comunidade de Mangue Seco, município de Raposa-MA, que recebe visitantes de forma espontânea e com pouco protagonismo dos comunitários. Empregou-se uma abordagem qualitativa, exploratório-descritiva, integrando as perspectivas etnográfica e fenomenológica e adaptou-se o Índice de Atratividade Turística (IAT), cujos valores limitam-se entre 0 e 5. Os resultados apresentaram um IAT médio de 2,90, com o menor IAT para o atributo manejo (inferior a 2,0) mostrando que a aptidão é influenciada pela pouca ou nenhuma infraestrutura básica como saneamento, abastecimento de água e energia. O IAT mais elevado foi obtido para os atributos biofísico e social (entre 3,0 e 4,0) revelando a localidade como um potencial destino de relevância regional. Recomenda-se uma gestão integrada e participativa para a busca de alternativas sustentáveis e em coerência com a realidade local para que o TBC venha a se constituir uma estratégia bem sucedida.

**Palavras-chave:** comunidade tradicional; turismo; zona costeira; sustentabilidade socioambiental.

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo pela Faculdade São Luís. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA/UFMA, funcionária da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão. marina.ab@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Bacharel em Oceanografia, na Universidade Federal do Maranhão. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente- PRODEMA. scarlleth.patricia@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Oceanógrafo, Universidade Federal do Maranhão, analista ambiental pela Fundação Sossândrade no Projeto Restauração de Manguezais e Restingas Re-MARE. cutrim.matheus@discente.ufma.br

<sup>4</sup> Graduação em Geografia - Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará (1981), Mestrado em Planejamento Rural em Função do Meio Ambiente pelo Instituto Agrônomo Mediterrâneo de Zaragoza - Espanha (1987), Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo (1993), Pós-doutorado em Educação Ambiental pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (2006) e Pós-doutorado em Planejamento e Geoecologia da Paisagem pela Faculdade de Geografia, Universidade de Havana-Cuba. (2007). cacaueara@gmail.com

<sup>5</sup> Historiador e Arqueólogo. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, com o projeto Impactos da transgressão marinha e da erosão nos sítios arqueológicos da Ilha de São Luís, Maranhão. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2003), Especialização em Educação Ambiental (2005), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2008) e doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2013). arkley.bandeira@ufma.br

<sup>6</sup> Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), mestrado em Zoologia - Museu Nacional / UFRJ (1987), doutorado em Geociências (Geoquímica) pela Universidade Federal Fluminense (1999), pós doutorado com Recuperação de Manguezais em Wageningen University (Holanda- 2014). Pós -doutorado com Geoecologia das paisagens e Saberes Tradicionais, pela Universidade Federal do Ceará, no Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental (LAGEPLAN, UFC), flavia.mochel@ufma.br

# ANALYSIS OF THE APTITUDE FOR THE IMPLEMENTATION OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE COMMUNITY OF MANGUE SECO, RAPOSA (MARANHÃO, BRAZIL)

## ABSTRACT

Tourism is a multidisciplinary activity that uses the culture and natural resources of a receiving location as its main elements. Mass tourism, disorderly, causes the depreciation of socio-environmental attributes, harming tourist activity. In this context, Community-Based Tourism (CBT) presents itself as a proposal for the development of tourism with the potential to promote socio-environmental sustainability in the context of traditional communities. This article aims to analyze the aptitude for the implementation of CBT in the community of Mangue Seco, municipality of Raposa-MA, which receives visitors spontaneously and with little protagonism of the community. A qualitative-quantitative, exploratory-descriptive approach was used, integrating the ethnographic and phenomenological perspectives, and the Tourist Attractiveness Index (TAI) was adapted, whose values are limited between 0 and 5. The results showed an average IAT of 2.90, with the lowest IAT for the management attribute (less than 2.0) showing that fitness is influenced by little or no basic infrastructure such as sanitation, water supply and energy. The highest IAT was obtained for the biophysical and social attributes (between 3.0 and 4.0), revealing the locality as a potential destination of regional relevance. An integrated and participatory management is recommended for the search for sustainable alternatives and in coherence with the local reality so that CBT becomes a successful strategy.

**Keywords:** traditional community; tourism; coastal zone; socio-environmental sustainability.

Recebido em 19 de março de 2026. Aprovado em 27 de março de 2026

## INTRODUÇÃO

O viés econômico do turismo dentro de um mercado globalizado, e ávido por receitas e desenvolvimento, constitui uma relevante motivação para expansão do turismo, principalmente em regiões em desenvolvimento (Tomazzoni et al., 2023). No entanto, o turismo é um fenômeno complexo e interdisciplinar caracterizado por uma rede de relações interligadas, abrangendo uma diversidade de atores, como turistas, empresas, governos, comunidades anfitriãs e elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Beni, 2007). Essa interação ocorre dentro de um ciclo dinâmico de oferta e demanda, no qual diferentes agentes desempenham papéis fundamentais na estruturação das atividades turísticas e na experiência dos visitantes e comunidades (Fratucci; Moraes 2020).

A atividade turística, quando realizada sem planejamento e participação social, se apropria das comunidades, suas culturas e do ambiente natural, explorando esses elementos como recursos e atrativos para os visitantes podendo gerar impactos adversos, tornando fundamental a adoção de práticas sustentáveis que garantam a preservação do patrimônio local e o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação (Butler, 1999). Rodrigues (2011) entende que o turismo deve ser realizado de forma planejada, levando-se em consideração um conjunto de decisões e ações a serem desenvolvidas para o uso sustentável dos recursos de forma que a sociedade possa receber seus benefícios.

A partir da década de 1980, surge na América Latina, sob a influência do movimento ambientalista, a necessidade de se pensar o turismo com bases sustentáveis, um modelo de gestão da atividade turística, denominado Turismo de Base Comunitária (TBC) (Irving, 2009). O TBC objetiva integrar as comunidades tradicionais ao desenvolvimento do turismo, estimular o empoderamento e o sentimento de pertencimento, promover a valorização cultural, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a distribuição equitativa dos benefícios econômicos da prática do turismo (Irving, 2009).

Para Araújo (2024), o TBC é uma estratégia de desenvolvimento local que busca fortalecer o empreendedorismo comunitário, a economia solidária e o empoderamento. Dessa forma, o TBC proporciona à comunidade a oportunidade de ocupar um lugar no mercado turístico que antes era dominado pelas empresas, fortalecendo os processos participativos como

exercício de cidadania e incentivando a responsabilidade individual e a cooperação coletiva, sendo essas as bases para a instauração do TBC em um determinado lugar.

Em lugares com grande beleza cênica, riqueza natural, diversidade cultural e potencial para a visitação turística, podendo envolver conflitos por território, especulação imobiliária e vulnerabilidade socioambiental, o desenvolvimento de ações de TBC é capaz de promover, mesmo que de forma lenta, o fortalecimento das organizações sociais e suas bases (Araújo, 2024). A partir disso, o TBC se torna uma via de mobilização e articulação social para melhorar a qualidade de vida, a dignidade humana e cidadã, gerar renda e trabalho, valorizar o modo de vida e saberes ancestrais, melhorar a infraestrutura básica local, permitindo, dessa forma, que a comunidade permaneça nos seus territórios de forma digna (Silva; Silva, 2025).

No contexto das áreas costeiras e marinhas, o desenvolvimento do TBC nas comunidades é capaz de contribuir para a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros através da manutenção e incentivo das atividades tradicionais e sustentáveis de pesca, aquicultura, mariscagem e ações de educação ambiental que sensibilizam para a importância da conservação dessas áreas (ONU, 2024).

Após breve levantamento bibliográfico, observa-se que, no Maranhão, a produção do conhecimento científico na temática que envolve o turismo e suas nuances se concentra nas regiões com o maior fluxo de pessoas e com infraestrutura turística estabelecida a exemplo do núcleo urbano de São Luís e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em julho de 2024 (EMBRATUR, 2024). Esse reconhecimento aumenta a visibilidade do Estado do Maranhão no cenário turístico internacional, ressaltando, também, a importância da conservação socioambiental do parque e da região no seu entorno.

O objetivo deste estudo é avaliar a aptidão para implantação do TBC na comunidade de Mangue Seco, situada no município de Raposa/MA, considerando que a comunidade está inserida em uma região turística, recebe visitantes, oferece serviços de lazer e vivências culturais de forma espontânea e sem planejamento.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

### **Metodologia**

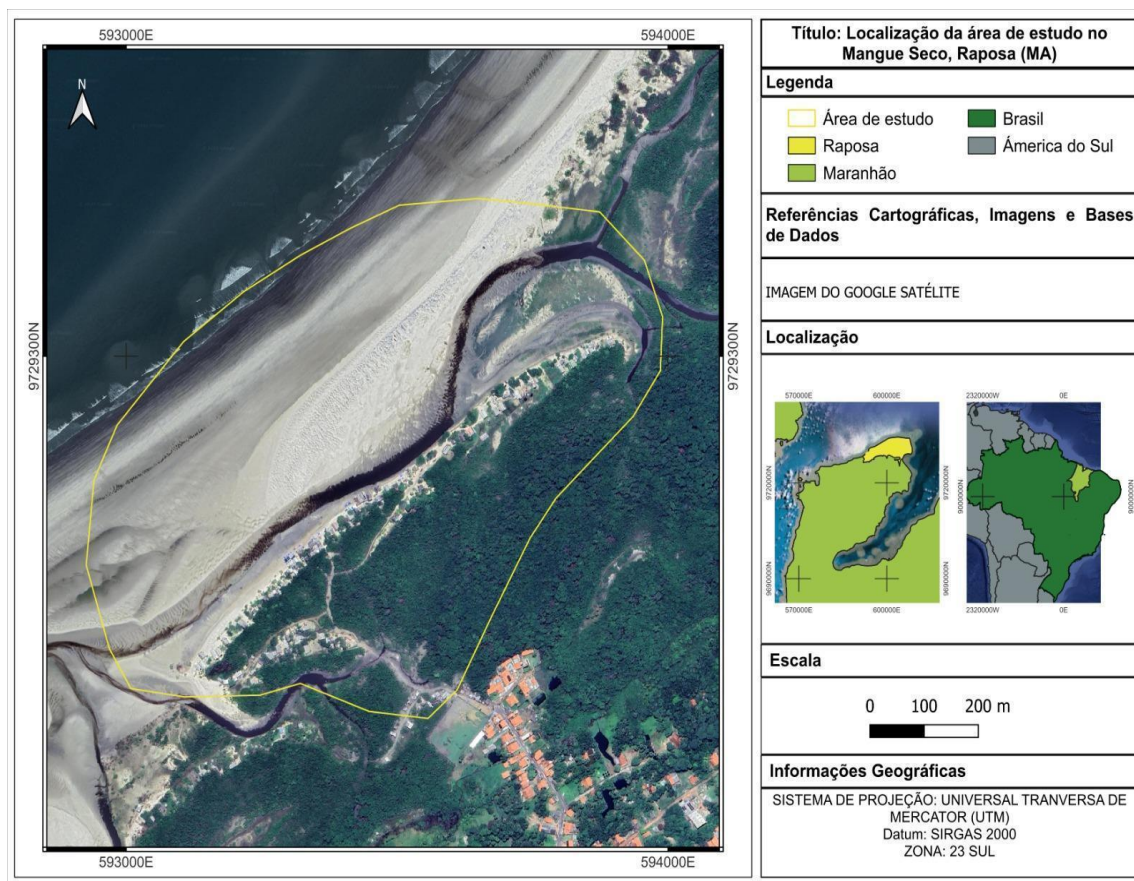
A investigação fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, incorporando distintas perspectivas de análise — hermenêutica, análise de conteúdo, fenomenológica e etnográfica — com ênfase no emprego da História Oral como principal instrumento metodológico (Oliveira, 2016; Beaud et al., 2014; Merleau-Ponty, 2006; Grubits et al., 2004).

Inicialmente, procedeu-se à revisão bibliográfica, por meio do levantamento e da análise da literatura científica já produzida, com o propósito de compreender, contextualizar e fundamentar teoricamente a discussão sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC).

### **Área de estudo**

A pesquisa foi realizada na comunidade de Mangue Seco, localizada no município de Raposa, estado do Maranhão, compreendida entre as coordenadas geográficas S 2° 27'06,86", W 44° 09'20,33" e S 2° 27'21,81", W 44° 09'45,76" (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização da comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

O município de Raposa, criado em 10 de novembro de 1994 por intermédio da Lei Orgânica nº 6.132/94, integra a Região Metropolitana de São Luís desde 1998 (Vasconcelos et al., 2020). Situado ao norte do estado, apresenta clima quente e úmido, com precipitação pluviométrica anual entre 1.600 mm e 2.000 mm, regime de chuvas dividido entre período chuvoso (janeiro a junho) e período de estiagem (julho a dezembro), e temperatura média anual superior a 27°C (Maranhão, 2002).

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população do município era de 30.839 habitantes, com estimativa de 32.054 pessoas para o ano de 2024. Sua área territorial abrange 79,213 km², dos quais 8,94 km² correspondem a área urbanizada (IBGE, 2024). O município destaca-se pela expressiva condição pesqueira, pela presença de vastos manguezais e por cenários de praias e dunas que favorecem o avanço de atividades antrópicas e turísticas (Lyra, 2022). A população local dedica-se predominantemente à pesca artesanal, incluindo a captura de peixes, mariscos e crustáceos (Santos et al., 2011).

Raposa encontra-se inserido na Área de Proteção Ambiental Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças, Unidade de Conservação estadual de uso sustentável, instituída pelo Decreto Estadual nº 12.428, de 5 de junho de 1992, com o objetivo de “disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, as atividades de caça e pesca, a proteção à fauna e à flora, a manutenção das biocenoses daqueles ecossistemas e o padrão de qualidade das águas” (Maranhão, 1992). O município integra o Polo Turístico São Luís, juntamente com Alcântara, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís. Conforme assinala Silva (2020), constitui destino turístico de elevada procura, sobretudo nos finais de semana e feriados, em virtude da

proximidade com a capital, da facilidade de acesso e do custo relativamente reduzido. O turismo em Raposa organiza-se no modelo “bate e volta”, no qual os visitantes chegam ao início da manhã e retornam ao final da tarde aos seus locais de origem ou à capital São Luís, onde se concentra a maior parte da infraestrutura hoteleira. Ressalte-se que a prática turística encontra-se condicionada à tábua de marés da região, uma vez que durante a baixa-mar o passeio náutico para visitação das praias e dunas torna-se inviável. Sobre esse aspecto, cumpre destacar a dinâmica das marés no Golfão Maranhense, caracterizada por amplitude que pode atingir 7,5 metros (Carvalho Neta; Castro, 2008). Dentre os atrativos turísticos mais procurados no município, sobressaem-se o artesanato local, as praias e as dunas móveis, popularmente denominadas Fronhas Maranhenses, em alusão ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Tais formações configuram ambiente similar, porém em escala reduzida, ao referido parque, destino turístico amplamente comercializado e divulgado internacionalmente (Da Silva Carvalho et al., 2025).

#### Coleta e Análise de Dados

A pesquisa empírica foi desenvolvida em seis visitas de campo realizadas entre os anos de 2024 e 2025, durante as quais se empreenderam observações diretas, registros fotográficos e levantamento de informações junto à comunidade, visando à apreensão de suas dinâmicas sociais, ambientais e territoriais.

Os dados obtidos em campo e os demais recursos documentais foram submetidos à análise de conteúdo temática, conforme as diretrizes propostas por Minayo (2001) e Bardin (2011), percorrendo-se as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

As observações in loco, as coordenadas geográficas e os registros fotográficos foram analisados e selecionados com base nos objetivos do estudo, de modo a conferir consistência empírica à argumentação desenvolvida.

Adotou-se a metodologia do Índice de Atratividade Turística (IAT), desdobramento do método Rol de Oportunidades de Visitação em Áreas Protegidas (ROS/ROVAP), que analisa a oferta turística com base em três pilares de atributos: físico, social e de manejo (Souza et al., 2017). Para a aplicação na comunidade de Mangue Seco, o IAT foi submetido a uma adaptação técnica, uma vez que os indicadores e medidas originalmente concebidos para Unidades de Conservação Federais foram ajustados à realidade do território comunitário em estudo.

A análise de dados foi realizada em ambiente computacional por meio da linguagem de programação Python, utilizando-se a plataforma Spyder, integrada à distribuição Anaconda. Inicialmente, os dados foram organizados em estruturas tabulares e vetores numéricos, o que possibilitou o cálculo das médias por indicador e por categoria. Em seguida, empregou-se a biblioteca Matplotlib para a construção das visualizações gráficas, incluindo gráficos de barras e diagramas radiais, com parametrização manual de eixos, legendas, escalas e elementos de destaque, tais como linhas de média e marcações individuais. Esse procedimento assegurou maior controle sobre a padronização visual, a organização comparativa das categorias e a clareza na representação dos resultados, garantindo precisão analítica e consistência gráfica (Hunter, 2007).

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade para o turista é limitada, uma vez que é proibido o uso de veículos automotores à comunidade e à praia do Mangue Seco, sendo necessário atravessar um trecho manguezal e de um igarapé à pé ou de carroça. Durante a maré está alta, os moradores fazem a travessia de barco e cobram um valor pelo serviço (Figura 2). O transporte público atende a



comunidade apenas a partir de MA 203 e o deslocamento até a entrada da comunidade só é possível por meio de transporte particular, serviços de aplicativo ou caminhada.

Figura 2: Trecho de manguezal no caminho de acesso à praia durante a maré vazante.



Fonte: Autores, 2026.

Em relação à infraestrutura básica, observa-se que, por se tratar de uma comunidade situada em área de manguezal, ecossistema legalmente definido como Área de Preservação Permanente pela Lei nº 12.651/2012, há significativa ausência de serviços básicos de saneamento, fornecimento regular de energia elétrica e abastecimento de água encanada. Esse cenário obriga a comunidade a desenvolver alternativas irregulares e inadequadas para suprir suas necessidades (Figura 3). Estas soluções geram impactos ambientais negativos, comprometendo, também, a dignidade humana, a qualidade de vida, saúde e segurança dos comunitários.

Figura 3: Alternativas irregulares para suprimento de serviços de infraestrutura básica. a) encanamento de água instalado de forma irregular, parcialmente enterrado no solo do manguezal. b) fiação elétrica instalada de forma irregular e desorganizada.



Fonte: Autores, 2026.

É relevante destacar que a comunidade de Mangue Seco ocupa terrenos de marinha, bens da União sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e enfrenta conflitos fundiários decorrentes da Ação Civil Pública nº 0097677-95.2015.4.01.3700, proposta no ano de 2015 pelo Ministério Público Federal para coibir ocupações irregulares. Nesse contexto,

conforme relatos obtidos em campo, houve mobilização coletiva que resultou na criação de uma organização da sociedade civil. Segundo informações e dados obtidos na Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras de Mangue Seco e na Associação de Moradores,

A comunidade de Mangue Seco possui uma diversidade de paisagens naturais e belezas cênicas, representadas por manguezais, estuários, praias arenosas, marismas tropicais e apicuns, e paisagens antrópicas caracterizadas por construções em madeira elevadas por estacas (palafitas) com características rústicas (Figura 4). Conforme Marques e Maia Filho (2023), a praia de Mangue Seco se diferencia das principais praias mais próximas por preservar hábitos tradicionais e manter-se pouco afetada pela urbanização, sem construções verticais, avenidas ou grandes equipamentos urbanos à beira-mar.

Figura 4: Paisagens na comunidade de Mangue Seco. a) beleza cênica. b) construções em madeira.



Fonte: Autores, 2026.

É reconhecida por sua vasta diversidade de recursos naturais, os quais fornecem sustento para uma comunidade característica de pescadores e marisqueiras, que utilizam métodos tradicionais em suas atividades (Silva et al, 2024) (Figura 5).

Figura 5: Manguezal na comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Autores, 2026.

O manguezal é um ecossistema expressivo na localidade, proporciona bens e serviços ecossistêmicos, sustenta e renova os estoques pesqueiros, proporciona renda e mantém a cultura e o modo de vida tradicional em uma relação ancestral ser humano-manguezal (Mochel, 2017). É um ecossistema legalmente definido como Área de Preservação Permanente pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Brasil, 2012). Mochel (2011) destaca que o manguezal dessa região possui exuberância e bom desenvolvimento estrutural devido às condições ambientais



favoráveis e ao baixo impacto das atividades humanas em boa parte dessa costa, no entanto, nas sedes municipais e seus arredores e em áreas turísticas, como é o caso de Mangue Seco, os impactos antrópicos são mais expressivos.

Por toda a comunidade, observam-se barcos, pescadores e pescadoras, atividades de reparo de embarcações e a produção artesanal de redes de pesca que configuram o local como um porto comunitário. Na entrada da comunidade, próximo ao portal, existe a Peixaria do Edmilson que comercializa peixes e frutos do mar onde foi possível comprar e solicitar o preparo de iscas para atividade de pesca amadora durante uma visita de campo, configurando-se uma atividade atrativa para a prática do TBC na comunidade (Figura 6). Destacam-se, também, a receptividade dos moradores, a culinária à base de frutos do mar e a balneabilidade da praia, conforme laudo de balneabilidade de praias da Região Metropolitana de São Luís em 02 de fevereiro de 2026 (Maranhão, 2026).

Figura 6: Atividades relacionadas à pesca. a) pescador fazendo reparos na rede de pesca. b) vendedor preparando isca na Peixaria do Edmilson para atividade de pesca amadora.



Fonte: Autores, 2026.

Ao longo da pesquisa de campo, foi possível constatar, que a comunidade recebe visitantes de diversas localidades, como São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e visitantes de outras regiões brasileiras como Pará, Brasília, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e outros países como Argentina, Reino Unido, França e Chile.

Na comunidade já se desenvolvem atividades de visitação turística de forma espontânea e com pouco protagonismo dos comunitários. Passeios e trilhas com roteiro que percorre a Praia do Araçagy (Município de São José de Ribamar), Praia de Olho de Porco (Município de Paço do Lumiar) e Praia de Mangue Seco Município de Raposa são oferecidos por agentes de turismo que não fazem parte da comunidade.

Os lugares mais frequentados pelos visitantes são a praia, as dunas e o manguezal e os serviços mais procurados são lazer na praia, refeições e bebidas nos restaurantes e eventos culturais. Em relação aos eventos, obteve-se a informação de que na comunidade são realizadas festas de reggae, festejos para São Pedro e a feijoada beneficente, denominada FEIJUDOG, com o objetivo de arrecadar recursos para os cuidados com cães abandonados que vivem no local.

Durante as visitas de campo, foi possível testemunhar atividades de pesca tradicional realizada por comunitários, o que possibilitou uma compreensão mais aprofundada das práticas cotidianas, evidenciando a relevância da pesca na dinâmica social, cultural e econômica da comunidade. Destaca-se que uma das atividades de pesca realizadas por um grupo de pescadores utilizando tarrafas chamou a atenção e estimulou a curiosidade de crianças que estavam no local, permitindo a interação das mesmas com os pescadores, troca de informações e experiências. Os pescadores se comportaram de forma paciente e permitiram que as crianças experimentassem o uso da tarrafa e tocassem os peixes (Figura 7).



Figura 7: Pesca artesanal. a) pescador com tarrafa. b) interação de pescadores e crianças durante pescaria.



Fonte: Autores, 2026.

Ainda, a pesca na comunidade é documentada e divulgada por meio do canal no youtube de propriedade de Claudino Souza, com o nome “Tá legal aventura” com mais de 230 mil inscritos, que registra as práticas, desafios e tradições locais relacionadas à atividade (Tá legal aventura, 2026). Identificaram-se os perfis na rede social Instagram com os nomes “Mangue Seco Praia” e “Biblioteca do Caranguejo” com divulgação de imagens e informações sobre a comunidade.

Foi registrada, ainda, a presença de um rapaz cavalgando na praia, o que pode representar uma potencial atividade turística. Contudo, conforme informado pelo rapaz, o cavalo pertence a um haras localizado fora da comunidade, indicando que essa atividade não é, até o momento, gerida ou apropriada pelos moradores locais.

Também foi observada a presença de muitas placas confeccionadas de forma artesanal para sensibilização ambiental quanto ao descarte correto do lixo e conservação da praia. Esta característica é um elemento importante no desenvolvimento de ações para promoção da conservação dos manguezais, transformando a ideia de que a conservação ambiental não é somente dever dos órgãos competentes, mas sim de todos os cidadãos, que têm direito de usufruir um meio ambiente equilibrado (Oliveira; Freitas; Barroso, 2006).

Em relação aos problemas, ameaças e impactos negativos, percebeu-se a ocupação desordenada, construções irregulares para estabelecimentos comerciais e turísticos, como bares e pequenas hospedagens conhecidas como ranchos. A ausência de definição da capacidade de carga, emissão de ruídos e aumento na geração de resíduos sólidos, principalmente embalagens plásticas e garrafas de bebidas também foram identificados.

Diante disso, enfatiza-se a relevância da participação social no planejamento das atividades de visitação, bem como a necessidade de ações voltadas à educação ambiental. Cabe destacar que a comunidade possui a Biblioteca do Caranguejo, uma iniciativa comunitária, estabelecida em 2017 na sede da Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco (COOPEMAS), que funciona como um espaço de vivências, educação ambiental e ações sociais e de saúde, representando uma referência para a comunidade (Laudino; Lourenço, 2018; De Souza Lima; Rihan, 2025) (Figura 8). As ações realizadas na Biblioteca do Caranguejo estão alinhadas à Política Nacional de Educação Ambiental no que se refere à educação ambiental não-formal. Atualmente a Biblioteca está em processo de reforma e revitalização com recursos de projeto executado pelo CERMANGUE e LAMA.

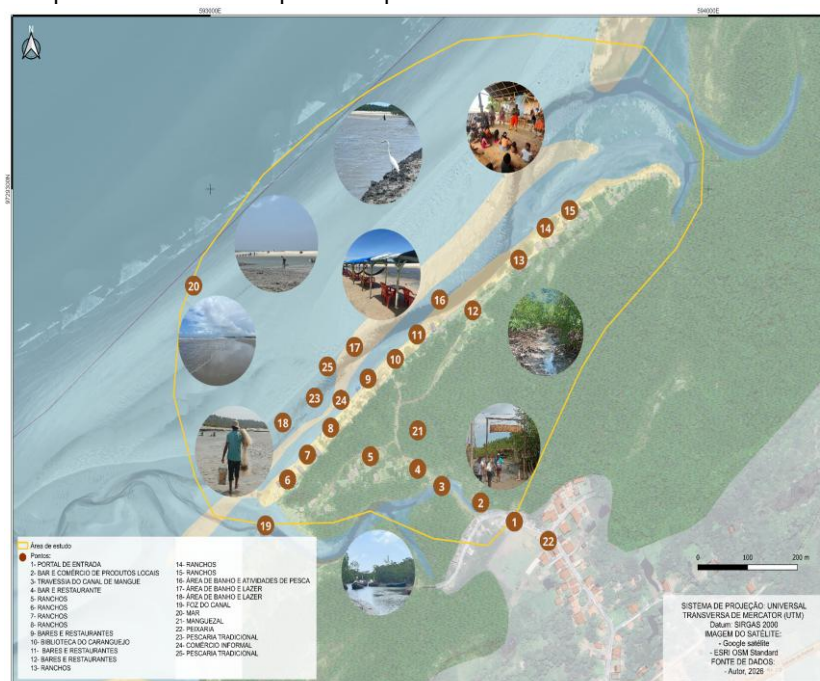
Figura 8: Ação realizada para as crianças da comunidade no 12/10/2025, durante o processo de reforma da biblioteca do Caranguejo.



Fonte: Autores, 2026.

Com o objetivo de espacializar os principais atrativos identificados na comunidade de Mangue Seco, elaborou-se um mapa temático que demonstra os pontos com potencial para atividades de TBC. A representação cartográfica permite visualizar a distribuição territorial dos recursos naturais, culturais e paisagísticos, evidenciando sua organização espacial e as possíveis conexões entre eles. O mapa constitui, portanto, um instrumento de apoio ao planejamento turístico, contribuindo para uma compreensão integrada da comunidade, para a identificação de áreas estratégicas e para a proposição de roteiros que valorizem as especificidades locais. Dessa forma, o mapa sintetiza graficamente os resultados do levantamento realizado em campo, evidenciando os recursos que podem ser articulados de forma sustentável no contexto do desenvolvimento do TBC (Figura 9).

Figura 9: Mapa dos atrativos com potencial para atividades de TBC na comunidade de Mangue Seco.



Fonte: Autores, 2026.

A partir da caracterização realizada por meio das visitas de campo, elaborou-se uma tabela para a sistematização das informações, possibilitando a análise integrada de indicadores quantitativos e qualitativos com base na adaptação da metodologia proposta por Souza et al. (2017) para a avaliação do Índice de Atratividade Turística (IAT).

A avaliação do IAT foi realizada a partir da aplicação de um instrumento analítico composto por vinte indicadores organizados nas seguintes variáveis: ambiente interno da comunidade e ambiente externo (entorno), abrangendo atributos biofísicos, sociais e de manejo. Para o ambiente interno, o atributo biofísico caracteriza-se pela variedade natural/cultural, atratividade cênica e condições ambientais, o atributo social caracteriza-se pelas qualidades, habilidades e organização social, o atributo de manejo define-se pelas atividades, serviços, infraestrutura e autonomia de gestão. Para o ambiente externo, o atributo biofísico caracteriza-se pela proximidade com outros atrativos regionais e pelo acesso público, o atributo de manejo caracteriza-se pela divulgação.

Cada indicador foi mensurado por meio de uma escala ordinal variando de 0 a 5 pontos, na qual 0 corresponde à condição inexistente ou inaceitável e 5 representa situação excelente ou excepcional (Quadro 1). A atribuição das pontuações baseou-se em observações de campo, análise técnica das condições ambientais e estruturais e apreciação qualitativa dos aspectos sociais e organizacionais da comunidade. Posteriormente, procedeu-se ao cálculo das médias aritméticas por indicador, por categoria e da média geral da área, possibilitando uma leitura comparativa entre dimensões internas e externas, bem como a identificação de potencialidades e fragilidades.

Quadro 1: Sistematização das variáveis para avaliação do Índice de Atratividade Turística (IAT) da comunidade de Mangue Seco com base na adaptação metodológica de Souza et al. (2017).

| AMBIENTE         | ATRIBUTO  | INDICADORES                       | DESCRIÇÃO                                                                                                                            | VALOR |
|------------------|-----------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| AMBIENTE INTERNO | BIOFÍSICO | Biodiversidade e ecossistemas     | Ecossistemas costeiros variados: praias, dunas, estuários, rios, manguezais, apicuns, marismas, restingas, matas ciliares            | 5     |
|                  |           | Beleza cênica                     | Elementos visuais: vegetação, mar, areia, dunas, mangue. Elementos sensoriais: cores, temperaturas, sons e cheiros. Paisagem natural | 4     |
|                  |           | Cultural                          | Centros de cultura, museus, monumentos, sítios arqueológicos, bibliotecas.                                                           | 2     |
|                  |           | Condições ambientais e climáticas | Temperatura, umidade, chuva, vento, erosão, ondas, balneabilidade.                                                                   | 4     |
|                  |           | Restrição ambientais              | Áreas de preservação permanente                                                                                                      | 3     |
|                  | SOCIAL    | Organização social                | Organização da sociedade civil, associação, cooperativa, grupos com afinidades.                                                      | 3     |
|                  |           | Conflito socioambiental           | Conflitos fundiários, ocupação irregular, restrições normativas, especulação imobiliária.                                            | 3     |

|                  |           |                                            |                                                                                                                                                                                               |   |
|------------------|-----------|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
|                  |           | Receptividade                              | Comunicação, acolhimento, respeito, empatia, generosidade, confiança                                                                                                                          | 3 |
|                  | MANEJO    | Atividades náuticas e relacionadas à pesca | Passeio de barco, pescaria organizada, vivências com comunitários.                                                                                                                            | 2 |
|                  |           | Atividades culturais                       | Festas, eventos, danças, música, culinária, centro cultural, museu, artesanato                                                                                                                | 3 |
|                  |           | Diversidade de serviços                    | Guia, transporte, hospedagem, serviços de alimentos e bebidas, aluguel de equipamentos para lazer (boia, prancha de surf, guarda-sol, bicicleta, colete, caiaques etc)                        | 3 |
|                  |           | Acessibilidade                             | Rampas de acesso, vaga de estacionamento, banheiros adaptados, áreas de sombra.                                                                                                               | 0 |
|                  |           | Protagonismo Comunitário                   | Liderança, engajamento, organização, autonomia e colaboração, realização de ações socioambientais e educativas                                                                                | 3 |
|                  |           | Segurança                                  | Presença policial, iluminação pública oficial, posto salva vidas, câmeras de monitoramento, presença de pessoas.                                                                              | 0 |
|                  |           | Infraestrutura básica                      | Energia elétrica, água potável, esgoto, coleta de resíduos, limpeza.                                                                                                                          | 2 |
|                  |           | Sinalização                                | Placas informativas, interpretação ambiental, turística de segurança.                                                                                                                         | 2 |
|                  |           | Controle na quantidade de visitantes       | Estudo da capacidade de carga para visitação, cobrança de taxa de acesso, identificação dos visitantes, controle da entrada de alimentos, bebidas e acessórios de praia, equipamentos de som. | 0 |
| AMBIENTE EXTERNO | BIOFÍSICO | Proximidade com outros atrativos regionais | Fronhas Maranhenses, Parque Aquático, Centro Histórico de São Luís.                                                                                                                           | 4 |
|                  |           | Acesso público                             | Facilidade na chegada, via pública MA 203 asfaltada, distância da Comunidade ao aeroporto, distância da sede do município de Raposa para a sede do município de São Luís e vice-versa.        | 4 |
|                  | MANEJO    | Divulgação                                 | Mídias sociais: perfis em Instagram, sites, canal em youtube, propaganda oficial.                                                                                                             | 2 |

**LEGENDA VALOR:**

0 - Inexistente/Inaceitável: O atributo não existe ou o local está abandonado.



- 1 - Muito Ruim/Precário: Atributo em péssimas condições, causa insatisfação extrema.
- 2 - Ruim/Regular: Atributo abaixo do esperado, precisa de muitas melhorias.
- 3 - Satisfatório/Bom: Atributo atende às expectativas básicas, sem destaques.
- 4 - Muito Bom: Atributo de alta qualidade, agradável.
- 5 - Excelente/Excepcional: Atributo supera expectativas, é um ponto forte do local.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), adaptado de Souza et al. (2017).

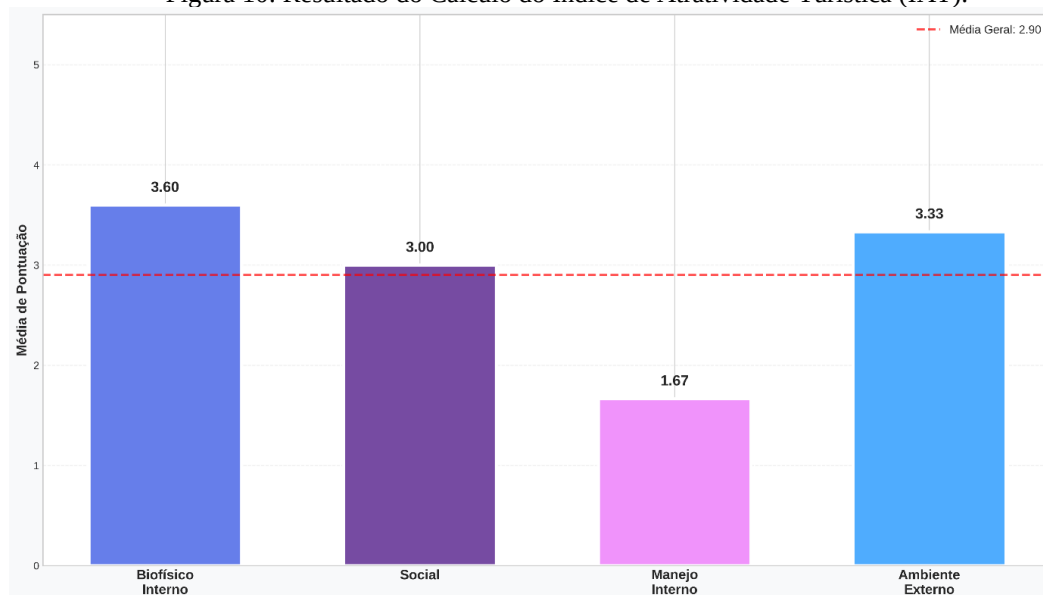
O índice de atratividade final, obtido da média aritmética entre os valores de ambiente interno e externo, apresentou valor 2,90 (Quadro 2 e Figura 10).

Quadro 2: Resultado do Cálculo do Índice de Atratividade Turística (IAT).

| AMBIENTE                                      | ATRIBUTO  | VALOR DA MÉDIA POR ATRIBUTO | VALOR DA MÉDIA POR AMBIENTE |
|-----------------------------------------------|-----------|-----------------------------|-----------------------------|
| INTERNO                                       | Biofísico | 3,6                         | 2,8                         |
|                                               | Social    | 3,0                         |                             |
|                                               | Manejo    | 1,7                         |                             |
| EXTERNO                                       | Biofísico | 4,0                         | 3,0                         |
|                                               | Manejo    | 2,0                         |                             |
| <b>Índice de Atratividade Turística (IAT)</b> |           |                             | <b>2,9</b>                  |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), adaptado de Souza et al. (2017).

Figura 10: Resultado do Cálculo do Índice de Atratividade Turística (IAT).



Fonte: Autores, 2026

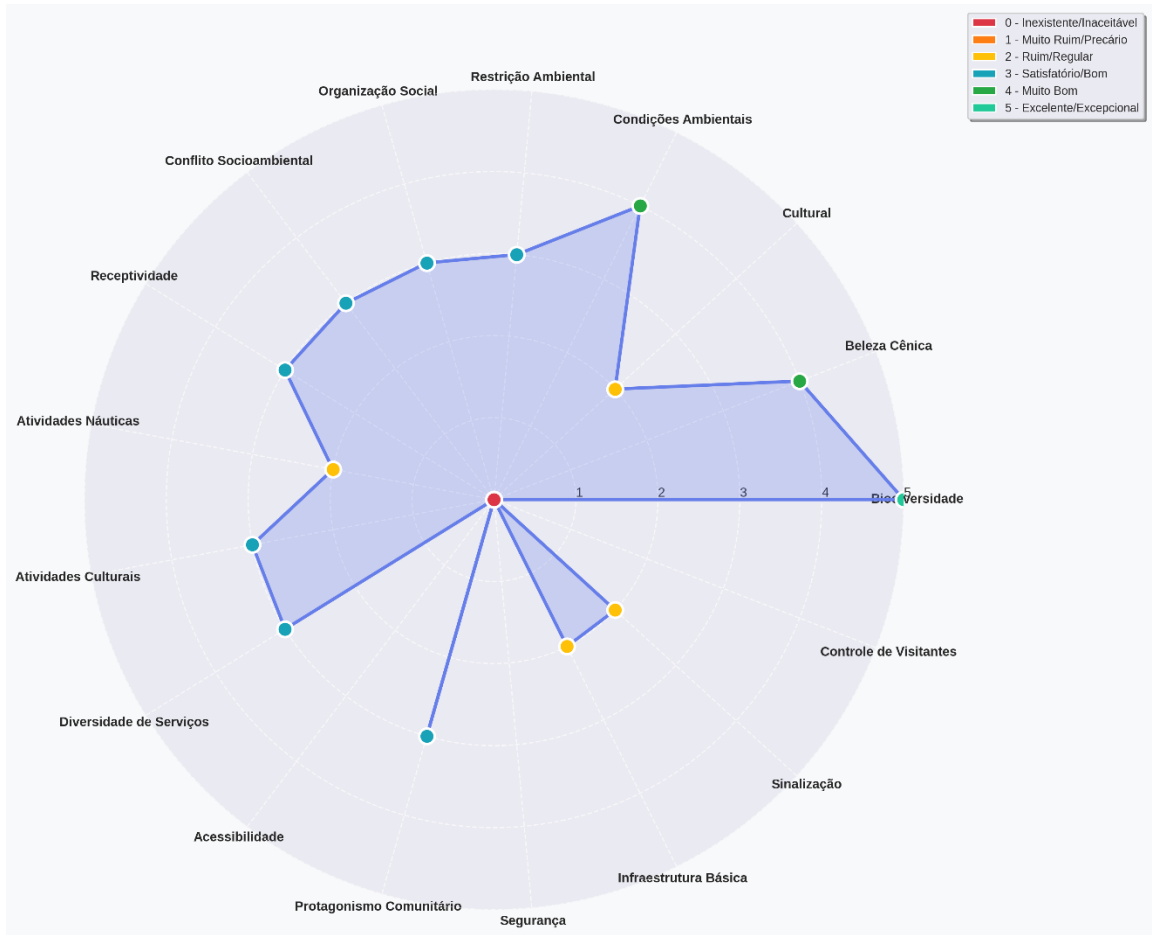
O resultado do Índice de Atratividade Turística (IAT) para a comunidade de Mangue Seco é 2.90, que a classifica na categoria de Atratividade Extensiva. Adaptando ao contexto da comunidade de Mangue Seco, que não se configura como Unidade de Conservação estrita, essa

classificação demonstra que a comunidade possui atributos naturais e locais favoráveis ao desenvolvimento do turismo.

No que diz respeito à dimensão do ambiente interno, os indicadores relacionados à organização civil, à receptividade e à gestão de conflitos apresentaram resultados satisfatórios, evidenciando alinhamento com os princípios do protagonismo comunitário que fundamentam o TBC (Araújo, 2024). O indicador relacionado ao manejo configura-se como o principal fator limitante para o desenvolvimento da atividade turística local, em decorrência da ausência de infraestrutura básica, segurança, acessibilidade e controle de visitantes, evidenciando a vulnerabilidade socioambiental da comunidade e sua suscetibilidade a impactos negativos e interferências externas.

A elevada pontuação atribuída à biodiversidade, associada à boa avaliação da beleza cênica, das condições ambientais, das atividades culturais e de serviços, evidencia significativo valor ecológico, paisagístico e cultural que, conforme Llopert e Rodríguez (2022), são elementos importantes da aptidão para o turismo, atraindo visitantes de várias localidades, inclusive de outros países, interessados pelo lazer, gastronomia e no modo de vida tradicional de uma comunidade (Figura 11).

Figura 11: Resultado para a pontuação atribuída à estrutura do ambiente interno



Fonte: Autores, 2026

No âmbito externo, destacam-se positivamente o acesso público e a proximidade com atrativos regionais, ambos com pontuação elevada. Por se localizar em uma região com um fluxo turístico já existente, é possível integrar a comunidade de Mangue Seco ao roteiro turístico

que envolve os atrativos e serviços turísticos da sede do município de Raposa e ao Pólo Turístico São Luís, incentivando a permanência do turista por mais tempo na região, evitando o roteiro “bate e volta” dos passeios náuticos pelas Fronhas Maranhenses. Esta integração estimula o empoderamento da comunidade e a repartição dos benefícios econômicos, além de promover a autoestima, a valorização sociocultural e a conservação ambiental da localidade, conforme preconizado por Irving (2009).

O trecho de acesso para a comunidade, por dentro do manguezal, configura-se como um ponto de fragilidade/vulnerabilidade socioambiental visto que se trata de uma Área de Preservação Permanente (APP), o que impõe restrições normativas e exige um manejo ambiental adequado. O manguezal em questão é, simultaneamente, um atrativo de valor fenomenológico e um entrave por sua condição de APP, caracterizando-se como um desafio para a gestão do acesso. Segundo Mendonça (2015), esse desafio ocorre porque as normas ambientais muitas vezes ignoram o modo de vida das populações tradicionais. Para a autora, a preservação só é efetiva quando está alinhada à realidade de quem vive no território. Portanto, o manejo do manguezal não deve ser visto apenas como uma barreira, mas como uma oportunidade de integrar as necessidades da comunidade às exigências de proteção ambiental.

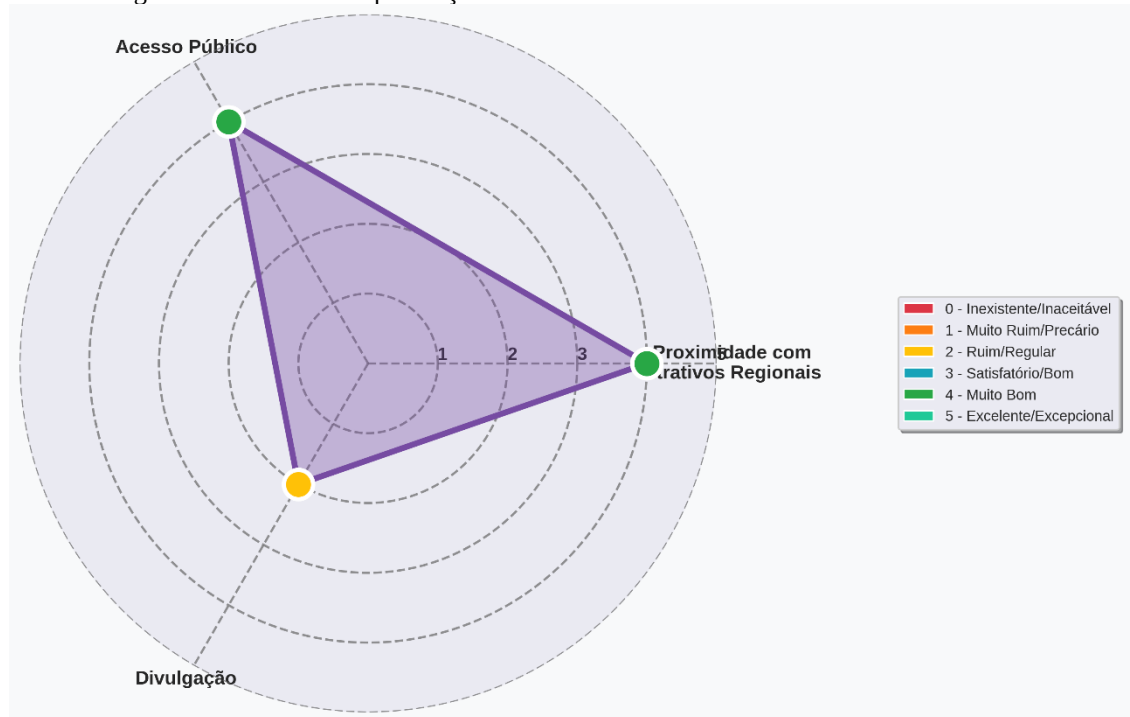
Na realidade local, o manguezal é o caminho principal dos moradores e a primeira imagem que o turista tem quando chega na comunidade do Mangue Seco. O turista vivencia uma imersão no manguezal que, nesse caso, possui uma vocação tanto para interpretação ambiental, como turística, possibilitando vivenciar o modo de vida da comunidade. A solução para esse desafio é criar infraestrutura adequada que possibilite alinhar as necessidades da comunidade com a preservação socioambiental e o desenvolvimento do turismo de base comunitária, beneficiando a todos.

Durante a maré alta, só é possível acessar a comunidade por meio de embarcações. Este transporte pode se configurar como um serviço turístico de base comunitária, permitindo a geração de renda direta para os detentores das embarcações, ao mesmo tempo em que promove a conservação do ecossistema e a experiência turística.

Próximo ao portal de entrada da comunidade, existem estruturas de bar e comércio de produtos locais que podem ser aproveitados para a organização de um ponto de apoio e um centro de informações turísticas. Neste sentido, Irving (2009) aponta que o TBC deve ser construído a partir dos recursos e serviços que a comunidade já domina e possui, adaptando a prática do TBC à vida da comunidade e não o contrário.

A dimensão social, com média 3, revelou desempenho satisfatório, com base minimamente estruturada para o desenvolvimento do TBC. Ainda assim, demanda investimentos contínuos para fortalecer a organização comunitária e ampliar a autonomia na gestão local. Em relação à organização social da comunidade, a associação preexistente, criada originalmente para defender a comunidade na questão fundiária, constitui um suporte estratégico fundamental para a implementação do TBC (Figura 12).

Figura 12: Resultado da pontuação atribuída à estrutura do ambiente externo



Fonte: Autores, 2026

De forma sintética, os resultados demonstram que a área possui elevado potencial ambiental e localização estratégica favorável, sustentados por uma base social razoavelmente organizada. Contudo, a precariedade dos mecanismos de manejo e da infraestrutura interna limita o aproveitamento dessas potencialidades. Assim, a consolidação da atividade turística depende prioritariamente da implementação de medidas de ordenamento, estruturação física, controle de fluxo de visitantes e fortalecimento das estratégias de divulgação. Somente a partir da integração entre conservação ambiental, gestão eficiente e planejamento participativo será possível converter o potencial identificado em desenvolvimento turístico efetivo e sustentável.

Essa organização prévia detém um elevado capital social, alicerçado em laços de confiança e cooperação, que, segundo Irving (2009), é indispensável para a governança coletiva do território. Além de fornecer o suporte institucional para a captação de recursos e parcerias, a associação atua como um mecanismo de proteção interna. Nesse sentido, alinhado ao que defende Bartholo et al. (2009), a prática do TBC estimula a criação de pactos sociais de permanência, nos quais a transferência de posses é submetida a uma avaliação coletiva, impedindo a fragmentação do território pela especulação imobiliária ou pelo capital hegemônico. Cabe ressaltar que o TBC não é um segmento de mercado que ocorre por imposição externa, mas sim um modelo de gestão que emerge, necessariamente, do protagonismo e da demanda das comunidades locais, oportunizando que elas ocupem um lugar no mercado turístico fortalecendo, assim, os processos participativos, o exercício da cidadania e incentivando a responsabilidade individual e coletiva.

## CONCLUSÃO

Os atributos da comunidade de Mangue Seco mostraram aptidão para o desenvolvimento do TBC figurando-se como um potencial destino de relevância regional pautado na sustentabilidade socioambiental. Entretanto, o estudo evidencia um contraste entre a qualidade da diversidade dos recursos naturais, culturais e sociais e a capacidade de manejo



insuficiente. A pesquisa se limitou a visitas de campo e análises documentais para a obtenção de dados básicos, portanto, sem a inclusão da percepção da comunidade local.

Recomenda-se que novos estudos sejam realizados participativamente com comunidade local de modo a ampliar sua autonomia na condução das iniciativas turísticas locais e fortalecer sua capacidade de gestão e organização social para que o desenvolvimento de um turismo planejado, sustentável e em coerência com a realidade local. Estudos que analisem o potencial socioambiental comunitário como um mecanismo de resistência e conservação e o Turismo de Base Comunitária como estratégia para a sustentabilidade socioambiental na comunidade de Mangue Seco.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mônica de Nazaré Ferreira de. Turismo de base comunitária na Pan-Amazônia: tecnologias sociais do Brasil, Bolívia e Peru. Belém: NAEA, 2024. E-book. Disponível em: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/499-turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. ISBN 978-85-61012-01-4. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

BEAUD, Sylvie; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENI, Mário C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 2007.

BIBLIOTECA DO CARANGUEJO OFICIAL. Instagram, 2026. Disponível em: [https://www.instagram.com/biblioteca\\_do\\_caranguejo\\_of/](https://www.instagram.com/biblioteca_do_caranguejo_of/). Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm). Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

BUTLER, Richard W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. Tourism Geographies, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616689908721291>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

CARVALHO NETA, Raimunda Nonata Fortes; CASTRO, Antônio Carlos Leal de. Diversidade das assembleias de peixes estuarinos da Ilha dos Caranguejos, Maranhão. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/arquivosdecienciadomar/article/view/6075?articlesBySimilarityPage=6>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

DA SILVA CARVALHO, Luis Eduardo; SILVA VIANA, Layla Lídia; RABELO, Thiara Oliveira; FEITOSA, Antonio Cordeiro. Potencial geoturístico das Fronhas Maranhenses em

Raposa, Maranhão, Brasil. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, v. 7, n. 1, p. 444–464, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/7909>. Acesso em: 5 fev. 2026.

DE SOUZA LIMA, Luiz Carlos; RIHAN, Bianca. Bibliotecas comunitárias e acesso à cidadania: reflexões preliminares. Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, v. 12, n. 2, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/amp/article/view/9164>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2026.

EMBRATUR. 2024. Unesco concede título de Patrimônio Natural da Humanidade para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Disponível em: <https://embratur.com.br/2024/07/26/unesco-concede-titulo-de-patrimonio-natural-da-humanidade-para-o-parque-nacional-dos-lencois-maranhenses/#:~:text=26/07/2024%20%E2%80%93%20A,em%20Nova%20D%C3%A9%20li%2C%20na%20C%8Dndia>. Acesso em 23 de fevereiro de 2026.

FRATUCCI, Aguinaldo César; MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. Inventário da oferta turística: reflexões teóricas para o planejamento e ordenamento do espaço turístico. Caderno Virtual de Turismo, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1783>. Acesso em: 13 fevereiro 2026.

GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (orgs.). Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Raposa (MA). 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/raposa.html>. Acesso em: 13 fev. 2026.

HUNTER, J. D. Matplotlib: A 2D graphics environment. Computing in Science & Engineering, v. 9, n. 3, p. 90–95, 2007. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/4160265>. Acesso em: 13 março. 2026.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. G. (Orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-base-comunitaria-diversidade-de-olhares-e-experiencias-brasileiras.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

IRVING, M. A. Redes de turismo de base comunitária: utopia ou estratégia de resistência e emancipação? Polis, v. 8, n. 22, p. 1-18, 2009. Disponível em: SciELO. Acesso em: 13 fev. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2016.v9.6569>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

LAUDINO, Bruna Gabrieli Lago; LOURENÇO, Giuseppe Celebrone. Biblioteca comunitária: um universo dentro de uma tipologia. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16887>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

LLUPART, María Rosa Naranjo; RODRÍGUEZ, María de los Ángeles Martínez. La oferta turística: precisiones teóricas para su análisis. Encuentros: Revista de Ciencias Humanas,

Teoría Social y Pensamiento Crítico, n. 16, p. 406-422, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6917147>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

LYRA, Ingrid Nicolly Oliveira. Estudo geoecológico da paisagem costeira do município de Raposa – MA: bases para o planejamento ambiental. Dissertação (PPG em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4359>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

MANGUE SECO PRAIA. Instagram, 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/manguesecopraia/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MARANHÃO. Balneabilidade das Praias da Região Metropolitana de São Luís. São Luís: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, 02 fev. 2026. Disponível em: [https://www.sema.ma.gov.br/uploads/sema/docs/Laudo\\_de\\_Balneabilidade\\_02\\_02\\_2026.pdf](https://www.sema.ma.gov.br/uploads/sema/docs/Laudo_de_Balneabilidade_02_02_2026.pdf). Acesso em: 05 fev. 2026.

MARANHÃO. Atlas do Maranhão. São Luís: GEPLAN/UEMA, 2002.

MARANHÃO. Decreto nº 12.428, de 05 jun. 1992. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 1992.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária: sustentabilidade e inclusão social em comunidades costeiras. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOCHEL, F. R. O Manguezal de todos os povos – a oceanografia social e a educação ambiental no empoderamento das comunidades tradicionais costeiras. In: SEABRA, Giovanni (Org.) Educação ambiental: natureza, biodiversidade e sociedade. Ituiutaba: Barlavento, 2017.

MOCHEL, Flávia Rebelo. Manguezais amazônicos: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: Amazônia maranhense: diversidade e conservação. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

OLIVEIRA, Leonardo Azevedo Klumb; FREITAS, Rodrigo Randow de; BARROSO, Gilberto Fonseca. Manguezais: turismo e sustentabilidade. Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/96>. Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.  
ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RODRIGUES, Linda Maria. O segredo do Brasil: os sentidos do lugar turístico no discurso da propaganda oficial sobre os Lençóis Maranhenses. Tese (Doutorado) – UNESP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/0802a22f-76d8-419e-bf74-f1a1ce877bec>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge et al. Perfil socioeconômico de pescadores do município da Raposa, Estado do Maranhão. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/repesca.v6i1.337>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; SILVA, Fabisnaldo Pereira da. Narrativas de (des)envolvimento e o savoir-faire dos pesquisadores do Coletivo TBC – Maranhão. Infinitum: Revista Multidisciplinar, v. 8, n. 15, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/22657>. Acesso em: 13 fevereiro 2026.

SILVA, Janainne et al. Mapeamento participativo do território do Mangue Seco, como contribuição à oceanografia socioambiental, município da Raposa, Maranhão, Brasil. Caderno Prudentino de Geografia, v. 2, n. 46, 2024. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10486> . Acesso em: 13 fevereiro 2026.

SILVA, Alex Nunes. O turismo e suas práticas socioespaciais: o caso de Raposa–Maranhão. Revista Equador, v. 9, n. 4, 2020, p. 214-236. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/revistaequador/article/view/7791>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SOUZA, T. D. V. S. B. et al. Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação Brasileiras. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice\\_de\\_atratividade\\_turistica\\_das\\_ucs\\_brasileiras.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/editais-diversos/editais-diversos-2019/indice_de_atratividade_turistica_das_ucs_brasileiras.pdf). Acesso em: 13 fev. 2026.

TÁ LEGAL AVENTURA. Pescaria no Mangue Sêco. YouTube, 01 fev. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/@talegalaventura>. Acesso em: 05 fev. 2026.

TOMAZZONI, Edgar Luis; SANTOS JUNIOR, João José dos; CAVALCANTE, Jordana de Souza; SILVA, Amanda Cabral da (Orgs.). Gestão do turismo nas perspectivas da governança, da regionalização e do desenvolvimento. São Paulo: Edições EACH, 2023.

VASCONCELOS, T. R.; FUSHIMI, M.; PINHEIRO, S. Y. A.; SILVA, Q. D. Risco de inundação costeira no município de Raposa (MA). Formação (Online), v. 27, n. 51, p. 159-176, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33081/formacao.v27i51.6606>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026.